



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	125.946 124.171	R\$ 5,243 (- 0,47%)	R\$ 1.412	R\$ 5,596	10,65%	10,54%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
	12/4 15/4 16/4 17/4	Últimos					
		11/abril 5,090 12/abril 5,121 15/abril 5,185 16/abril 5,268					

» Entrevista | **ROGÉRIO CERON** | SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL

Secretário minimiza críticas às mudanças na meta fiscal e garante que, até 2030, o país terá um ciclo econômico muito positivo de crescimento. “Vamos ter de errar muito para não aproveitarmos essa janela”, frisa

“O Brasil não pode sofrer retrocessos”

» ROSANA HESSEL

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Apesar da reação negativa do mercado financeiro com a mudança das metas fiscais no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, divulgado na última segunda-feira, adiantando a previsão de superávit primário para 2026, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, mantém o discurso de que a âncora fiscal não foi abandonada e garante que segue otimista com o crescimento da economia.

Pelas suas estimativas, será possível estabilizar a dívida pública, entre 2027 e 2028, abaixo de 80% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele confessa ser um grande otimista em relação ao Brasil e alerta que os economistas estão errando porque não estão considerando as mudanças estruturais já realizadas e as que estão em curso. “Até 2030 vamos ver um ciclo econômico muito positivo para o Brasil. Vamos ter que errar muito para não aproveitarmos essa janela”, afirma Ceron, em entrevista ao **Correio**.

De acordo com o secretário, a decisão de mudança da meta fiscal de 2025, reduzindo a meta de superávit primário de 0,5% do PIB para zero, foi consensual na equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O mercado financeiro segue reagindo negativamente em relação às mudanças das metas fiscais no PLDO de 2025. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Eu não vi nenhum relato desse tipo, mesmo as análises que são mais críticas às alterações das metas da LDO não levam para esse ponto. Colocam em risco o que pode vir na sequência, é diferente de já ter materializado que o arcabouço acabou e corre o risco de abrir um precedente para outras alterações.

Exatamente. É o que eles temem...

Nós estamos deixando claro que isso não procede. Outra coisa que não procede, tecnicamente,

é a leitura de que a condução da política monetária vai ter alguma alteração em função dessa revisão das metas de resultado primário. Primeiro, o que vai, provavelmente, gerar algum constrangimento ao ciclo de baixa da Selic até onde ela vai, será muito determinado pela taxa de juros norte-americana. Provavelmente, vamos chegar num horizonte em que vai ser mais difícil a continuidade do processo de flexibilização da política monetária aqui em função dos juros de lá (nos EUA). É legítimo que se questione, mas o que estamos falando é que não haverá esse tipo de desistência (da âncora fiscal) e não haverá flexibilização (da meta).

Analistas têm dito que o governo mudou a meta cedo demais e corre o risco de, no próximo PLDO, continuar mudando a meta. Este governo deixará o equilíbrio fiscal para o próximo?

A LDO é um instrumento adequado para fazer as pactuações das metas. Uma coisa que é importante lembrar é que, agora, o novo arcabouço fiscal exige que essa trajetória do resultado primário seja

compatível com a estabilização da trajetória da dívida.

O senhor teme que o pacote que vem sendo preparado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) piore o quadro fiscal?

Estamos tentando reverter, porque isso gera, sim, um retrocesso fiscal. E é importante que as pessoas entendam que o quadro fiscal não permite isso. A reação do mercado, claro, tem muita influência do cenário internacional, tanto geopolítico quanto americano. Mas o tensionamento no câmbio, por exemplo, é importante também para que os atores relevantes, seja o Executivo, seja o Judiciário, seja o Legislativo, compreendam que o Brasil não pode sofrer retrocessos. E é muito importante que se tenha consciência, porque o reflexo é isso. Se reflete no câmbio, que se reflete na inflação, que penaliza as pessoas mais pobres. De fato, é importante continuar nesse percurso de educação fiscal e o nosso compromisso é retratado quanto a isso. Enquanto esta equipe continuar no Ministério da Fazenda, nós vamos

continuar lutando pela recuperação fiscal.

Essa questão da estabilização da dívida não ficou muito clara na apresentação do PLDO, porque há uma projeção de Selic a 7% nos próximos anos, o que está fora de qualquer previsão do mercado. Há até casas não descartando juros mais altos no fim deste ano...

Eu ouvi comentários desse tipo. As diferenças de estimativas são naturais e nós, com as estimativas da SPE (Secretaria de Política Econômica), temos acertado muito mais do que a mediana do mercado. Mas isso eu não acho que seja uma discussão tão relevante, porque o mercado espera uma estabilização da dívida, em 2030, em 86% do PIB. Então, ela continua estabilizando da mesma forma.

Só na próxima década?

É, na previsão do mercado. Na nossa, a dívida se estabilizaria entre 2027 e 2028 e abaixo de 80% do PIB. Eles acham que vai ser acima de 80% do PIB. Mesmo assim, a dívida se estabiliza. Estamos falando de uma diferença de



Enquanto esta equipe continuar no Ministério da Fazenda, nós vamos continuar lutando pela recuperação fiscal

nível de estabilização e quando vai se estabilizar. No ano passado, o mercado errou a estimativa da dívida pública bruta, de 79% do PIB no fim do ano. Fechamos com um pouco mais de 74%. São cinco pontos percentuais em um ano, de erro de estimativas, mesmo pagando quase 1% do PIB de precatórios. Então, veremos. O ideal é que a dívida se estabilize abaixo de 80%, e é o que estamos batalhando para conseguir. Mas isso depende de várias coisas.

Quais?

Depende do crescimento econômico, depende da taxa de juros, depende de uma série de fatores, de fato. Mas estamos confiantes de que é possível. E quando eu digo que, de qualquer forma, a dívida se estabiliza, não é no sentido de ter conforto.

Mas o custo é menor, não é?

Temos que discutir as razões estruturais do porquê de o custo aqui ser maior. E é maior não só pela questão fiscal. O fiscal importa, e ninguém está dizendo aqui que não tenha que ter esse percurso. Por um lado, tem uma ancoragem que é boa, e,

por outro, não podemos descurar do fiscal de forma alguma. O desafio de curto e médio prazos persiste. Nós não temos margem para retrocessos. E é isso que estamos tentando explicar.

O Congresso está jogando contra?

Essa reprecificação do mercado (com queda da Bolsa, alta do câmbio e dos juros futuros) é importante para o próprio Congresso compreender a delicadeza da situação fiscal e de quanto o retrocesso pode ser nocivo para a população. Porque vai gerar impacto sobre a inflação, que acaba prejudicando quem é mais pobre. Com certeza, o Legislativo não deseja isso.

O FMI soltou um relatório piorando as projeções fiscais para o Brasil. Pode comentar?

A previsão do FMI para o resultado fiscal é melhor do que a previsão do mercado, porque eles preveem 0,6% de déficit primário, neste ano, e o mercado, 0,7% do PIB. O FMI ainda é mais otimista do que a mediana do mercado nos próximos anos. Bons economistas sabem, por mais sofisticada que seja metodologia, o quão frágil que é prever alguns desses indicadores. É importante termos uma referência, e acho legítimo cada um ter a sua projeção. Mas um desses indicadores, de atividade econômica, tem sido sistematicamente com viés para baixo.

O senhor acha que as estimativas dos economistas do mercado não estão considerando isso?

Não estão. As reformas estruturais aumentaram o PIB potencial e alguns modelos não incorporaram esse ajuste. Reformas estão sendo feitas, como a reforma tributária, e um conjunto grande reformas microeconômicas. O país vem fazendo reformas ao longo do tempo e estamos fazendo também muita coisa que vai ajudar muito. E eu sou muito otimista com o que está vindo pro Brasil. Até 2030, vamos ver um ciclo econômico muito positivo para o Brasil. Vamos ter de errar muito para não aproveitarmos essa janela.

BC: mudança na meta afeta os juros

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a dar recados sobre a mudança na meta fiscal e sinalizou que o aumento de incertezas pode levar ao fim do ciclo de cortes na taxa básica de juros (Selic). Em evento com investidores em Washington, nos Estados Unidos, o banqueiro atribuiu parte da incerteza ao cenário externo e, em menor parte, à piora do ambiente no Brasil, decorrente da alteração.

“Tivemos uma revisão fiscal, em direção ao que o mercado esperava. Mas o problema, e mencionamos isso, é que as âncoras fiscal e monetária são

intimamente relacionadas. Se perde credibilidade, ou se há mais questionamentos sobre a âncora fiscal, fica mais caro do outro lado”, disse.

Segundo o chefe da autoridade monetária, a mudança torna “mais difícil” o trabalho do BC. “A evidência do que vimos nos últimos dias nos mostra que o mercado ficou mais preocupado com relação ao fiscal, e qual vai ser o equilíbrio fiscal no futuro, com efeito no prêmio de risco, o que torna o trabalho mais difícil e custoso”, avaliou.

Ele reforçou que a mudança das metas para as contas públicas por si só não gera uma relação mecânica na definição da

taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e que será necessário algum tempo para entender os efeitos nas variáveis observadas pelo colegiado.

Campos Neto alertou que a inflação voltou a ser a principal fonte de riscos para a economia global e garantiu que “não tem medo de fazer o que é necessário” para a convergência à meta.

“As expectativas de inflação são muito relevantes para nós. Não há dúvida de que é muito importante manter as expectativas de inflação ancoradas. Sabemos que teremos um trabalho difícil pela frente. Vamos fazer o que for necessário para ancorar as expectativas de inflação”, destacou.

Outro fator mencionado pelo presidente do BC foi o câmbio. Em meio aos conflitos no Oriente Médio, o dólar disparou nos últimos dias. O presidente do BC reforçou que o Brasil tem uma taxa de câmbio flutuante e que a autoridade monetária só deve intervir em caso de disfunções, afastando as especulações sobre novos leilões e operações extras de swap.

Por outro lado, com a percepção de que o início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos está cada vez mais distante, é esperado também um impacto sobre o dólar no Brasil, indicando também novas pressões sobre a inflação.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Campos Neto demonstrou preocupação com credibilidade fiscal